

# EMBATES DAS REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO INDÍGENA NA MÍDIA E O FALAR DE SI

## ***STRUGGLES OF INDIGENOUS SUBJECT REPRESENTATIONS IN THE MEDIA AND TALKING ABOUT THEMSELVES***

**Jaqueline Zanzi (UFGD)**

E-mail: [jzanzi@hotmail.it](mailto:jzanzi@hotmail.it)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3495-477X>

**Sílvia Mara de Melo**

E-mail: [silviameo@ufgd.edu.br](mailto:silviameo@ufgd.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9505-9504>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena no Município de Dourados-MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A proposta deste trabalho foi a de analisar, com base nos estudos discursivos foucaultianos, as regras de formação do discurso, sua acontecimentalização, bem como a descrição das práticas discursivas. A finalidade foi a de identificar, a partir destas práticas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos. O *corpus* foi composto pela seleção de publicações midiáticas feitas em jornais *on-line* locais e pela transcrição das entrevistas realizadas com os sujeitos objeto deste trabalho. Pretendeu-se, por meio das análises discursivas realizadas, identificar elementos que lançassem luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso? O aporte teórico para subsidiar as análises buscou inferência nos estudos discursivos de Michel Foucault, mais especificamente seu método arqueogenealógico.

**Palavras-chave:** Sujeito Indígena; Estudos discursivos foucaultianos; Processo de subjetivação.

**Abstract:** This paper aims to reflect on the representations regarding the indigenous subject in the Municipality of Dourados-MS based on the discursive studies of Michel Foucault. The purpose of this research was to analyze, based on Foucauldian discursive studies, the rules of discourse formation, its occurrence, as well as the description of discursive practices. The purpose was to identify, from these practices, the rules of discourse formation and the possible presence of power devices in the process of subjectivation of the indigenous subject, as well as the way in which this is reflected both in the media and in the discourse. of the subjects themselves. The corpus was composed by the selection of media publications made in local online newspapers and by the transcription of the interviews carried out with the subjects object of this research. It was intended, through the discursive analysis carried out, to identify elements that shed light on the following questions: How are the representations of the indigenous subject in the media of Dourados? How does this subject perceive himself in these representations in a process of subjectivation and how is this reflected in his speech? The theoretical contribution to support the analyzes sought inference in the discursive studies of Michel Foucault, more specifically his archeogenealogical method.

**Keywords:** Indigenous Subject; Foucauldian discursive studies; Subjectivation process.

## INTRODUÇÃO

Lage (1997) assevera que o texto de um jornal “só ganha sentido quando lido”, ou seja, quando atinge o público-alvo. Ao olharmos esta tipologia textual como enunciado, é possível pensar que esta consiste em um todo significativo. Nestes termos, segundo Rossi (1994, p. 07), o jornalismo constitui-se de “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. De acordo com esta definição, apesar da premissa de imparcialidade inerente ao texto jornalístico, Rossi (1994) conclui que esta neutralidade é impossível de ocorrer totalmente, uma vez que o jornalista carrega consigo uma bagagem social, cultural e política que, de alguma maneira, contribui para formar o seu ponto de vista sobre o fato.

Isso posto, é possível ponderar a respeito da posição de poder que um meio de informação ocupa socialmente e seu papel como formador da opinião pública sobre os fatos noticiados, uma vez que

comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*. (CHARAUDEAU, 2018, p. 39, grifos do autor)

A Reserva Indígena no Município de Dourados, doravante denominada RID, é composta pelas Aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. Para este trabalho, teremos em foco as duas primeiras, já que, por serem fronteiriças entre si, muitas vezes é considerada como um único território pelos habitantes da cidade. São sobre essas duas Aldeias que as notícias que constituem o *corpus* dessa pesquisa são direcionadas. A proximidade da Reserva com o perímetro urbano de Dourados possibilita uma convivência entre o sujeito indígena e o não índio, já que estes estão muitas vezes inseridos socialmente, nas escolas e no mercado de trabalho, por exemplo. Alguns, por sua vez, decidiram deixar a Aldeia e viver na cidade.

Dada essa proximidade, ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo o sujeito indígena, e trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente refletir sobre o que postula Woodward a respeito da subjetivação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir

dos quais podem falar.” Para a autora, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (WOODWARD, 2014, p.18).

A representatividade do sujeito indígena no Estado do Mato Grosso do Sul e mais especificamente no Município de Dourados, justifica a relevância da análise de enunciados que tratem desse sujeito, bem como o discurso deles coletados por meio de entrevistas, uma vez que, conforme afirma Borges (2013) “entender o modo como se constitui o Outro, o diferente, especialmente, quando esse Outro, diferente é constitutivo do nosso espaço de vivência, é primordial para que possamos construir qualquer que seja o projeto”.

Assim, a finalidade deste trabalho foi a de perceber, por meio dos estudos discursivos de Michel Foucault, como ocorre o processo de subjetivação deste sujeito, uma vez que são frequentemente noticiadas questões envolvendo problemáticas relacionadas ao sujeito indígena e ao não índio, pontos relacionados com impasses sociais e culturais, que envolvem educação, legislação, direitos, violência, entre outros. Por isso, o presente artigo pretendeu lançar luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social?

A abordagem metodológica proposta para esta pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais *on-line* regionais e entrevistas. As matérias foram selecionadas levando-se em conta publicações contemporâneas com a pretensão de lançar luz à maneira como o sujeito indígena é representado em contexto urbano, uma vez que a mídia jornalística *on-line* possui largo alcance social. No que concerne às entrevistas, foram elaboradas questões que colaboraram na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. O objetivo foi o de lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele comparecesse não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Uma vez que o conceito de identidade não permeia a teoria de Foucault e, por esse motivo, é tomado tendo como base os estudos culturais, é primordial destacar o que os estudos foucaultianos observam sobre a conceituação de sujeito. O filósofo apoiou-se na teoria de Nietzsche que preconizou que o conhecimento é uma invenção humana e não algo inerente à natureza do homem para sustentar a hipótese de que o

sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história. (FOUCAULT, 2002, p. 15).

Assim, para Foucault (2002, p. 27), o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das “condições políticas, econômicas de existência”. É então, segundo o filósofo, a presença desse lugar de sujeito que “caracteriza toda formulação enquanto enunciado”, logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107). O sujeito não é visto, de acordo com a teoria foucaultiana, de maneira personalizada ou individualizada, mas como uma posição a ser ocupada em conformidade com o contexto social determinado.

Neste trabalho serão analisados enunciados midiáticos que abordem temáticas indígenas e também enunciados que serão tomados de entrevistas realizadas junto à comunidade indígena. O jornalista utiliza-se de um meio institucional para veicular o texto a ser publicado e ocupa esse *locus* discursivo que lhe concede uma premissa de confiabilidade diante do leitor. O sujeito indígena, por sua vez, ao falar sob sua ótica a respeito das relações socioculturais nas quais está inserido, deve transmitir em seu discurso elementos que demonstrem a subjetivação que ele sofre neste processo.

No contexto de troca social, a mídia participa na construção de sentidos por meio do discurso de informação por ela veiculado ao público que, por sua vez, desempenha seu próprio papel no processo interpretativo. Para Charaudeau (2018), o homem forma o saber por meio do exercício da linguagem. Ao observar o mundo de forma objetiva e racional, nascem os “saberes de conhecimento”. Quando direciona seu olhar de maneira subjetiva sobre o mundo e passa comentá-lo a partir dessa ótica, surgem os “saberes de crenças”. Quando uma informação é enunciada a partir dessas crenças, o outro é interpelado a uma reação de concordância ou não à proposição feita.

Ao teorizar sobre os limites sociais do discurso, Michel Foucault postula que estes são instituídos com a finalidade de manter-se o controle sobre seus “poderes”.

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 08 e 09).

O teórico situa o discurso não apenas como instrumento para dizer algo, mas posiciona-o como o próprio objeto do dizer: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Tendo em vista a convivência social do sujeito indígena no município de Dourados/MS, muitas vezes permeada por uma ótica de preconceitos por parte da população, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir a respeito de como a mídia local trata a temática e como ocorre a subjetivação desse sujeito a partir dos efeitos de verdade que a enunciação midiática é capaz de gerar. Assim, à luz das teorias discursivas foucaultianas, pretendemos analisar como esse processo é capaz de contribuir para gerar ou manter um cenário muitas vezes de divisão entre a sociedade e o indígena, divisão esta que pode ampliar o estigma e o distanciamento histórico entre essas culturas e sujeitos.

## O DISCURSO E A SUA ORDEM: O QUE NOS DIZ FOUCAULT

Para a Análise do Discurso, doravante denominada AD, o discurso não é pensado no interior do funcionamento linguístico, ou seja, em seus aspectos morfológicos e semânticos, mas sim como um ato materializado na língua, como concebe Fernandes (2012, p.16), “em forma de texto, de imagens, sob determinação histórica”. É em ambiente social e histórico que o discurso se estabelece e, de acordo com Foucault (1996, p.09), sua produção não é livre ou casual, ela é institucionalmente “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Assim, o discurso seria legitimizado por seus sujeitos e passaria por processos sociais de controle e seleção.

Fernandes (2012) atribui que a obra de Foucault marca a posição de sujeito em uma relação direta com a produção discursiva historicamente permitida. Nela, o sujeito não é tido como o ser individualizado por meio do qual o discurso é produzido, mas sim pela posição social que ele ocupa, o processo histórico do qual faz parte e que o permite exercer o papel daquele que enuncia, que toma a linguagem portadora de toda a simbologia que constitui os sentidos históricos das palavras. Sendo o discurso

algo não aleatório sobre o qual existe controle social, é plausível pensar que os sujeitos enunciam de acordo com certas “condições de produção”, e como observa Fernandes (2012, p.20), Foucault serve-se do discurso como objeto para traçar reflexões sobre outros objetos, como o sujeito por exemplo.

Em se tratando das condições de produção discursivas, uma vez que “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”, Foucault (1996, p. 09) determina procedimentos de exclusão e interdição, que cerceiam a liberdade discursiva na esfera social, quais sejam, “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” esclarece que são os campos da sexualidade e da política os mais atingidos por esse poder coercitivo. Não é difícil perceber os sistemas de exclusão presentes na forma de organização da sociedade atual, basta prestar atenção na maneira como as instituições se impõem ainda e se estabelecem em outro sistema de exclusão, ao qual Foucault chamou de “vontade de verdade”. Pautada no discurso científico que regulam os aparatos do saber,

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

Em nossa sociedade presente, os discursos são legitimados por esse “discurso de verdade”, pautado na racionalidade e na ciência. Diante do tema central deste estudo, é pertinente pensar em como as formas de exclusão podem atingir os saberes e o discurso do sujeito indígena de acordo com o que é aceito como saber institucional e que se encontra na ordem discursiva atual. Perante a maneira como a sociedade encontra-se organizada atualmente e todo o contexto envolvendo tal questão, o exercício discursivo de um grupo minoritário e marginal é muitas vezes silenciado e tornado nulo por instituições que detêm o poder de ditar aquilo que está ou não nessa ordem.

Além desses procedimentos de exclusão externos ao próprio discurso, Foucault aponta para elementos que delimitam e controlam o discurso a partir de seu interior. São eles, o comentário, o autor, as disciplinas, o ritual e as sociedades do discurso. O comentário nada mais é que as narrativas que se repetem com a finalidade de legitimar um discurso atual. Por meio deste elemento é possível repetir algo que já foi

dito de modo que pareça algo novo. Assim, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta”, ou seja, mesmo que haja uma reprodução de um discurso anterior, o contexto sócio-histórico é único e irrepetível e atribui valor de novidade ao que é dito. (1996, p.26).

O autor é outro elemento de rarefação do discurso, não aqui visto como a forma de indivíduo, mas como uma função, como “princípio de agrupamento do discurso”. De acordo com Foucault, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (1996, p.28). Atualmente é na área da literatura que a autoria é exigida como uma assinatura que ateste aquilo que é escrito, uma vez que o indivíduo que se coloca a escrever uma possível obra futura, retoma a função do autor.

O campo das disciplinas constitui-se como elemento de exclusão do discurso, uma vez que para que esse campo se configure, é necessário que haja a possibilidade de se formular proposições novas que podem ser reconhecidas como verdadeiras ou falsas. Foucault afirma que, quando surge um novo objeto, este “pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos”. Por meio do exemplo de Mendel, demonstra que, mesmo que se diga a verdade, o discurso pode não estar no verdadeiro de sua época, sendo necessárias mudanças de escalas que permitam às proposições serem consideradas verdadeiras. Assim, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. (1996, p. 34-35)

O ritual, por sua vez, é o que determina qual a qualificação que devem ter os indivíduos que falam e toda a parte ritualística da qual o discurso deve ser acompanhado, como os gestos, os comportamentos e as circunstâncias. (FOUCAULT, 1996, p. 39). Já as sociedades do discurso se fazem presente quando o conhecimento é detido por um número limitado de pessoas e apenas no meio desse grupo ele pudesse circular e ser transmitido. São, por sua vez, as doutrinas que “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e proíbe, conseqüentemente, todos os outros.” (FOUCAULT, 1996, p.41)

É em sua dispersão que o discurso deve ser analisado, conforme Fernandes (2012) afirma que são por outros discursos, transformados e modificados que todo o discurso constitui-se, ou seja, na dispersão de acontecimentos. São nas relações sociais que as marcas heterogêneas da dispersão acontecem. Desse modo, o discurso deve ser considerado a partir de seu aparecimento em um determinado contexto histórico e social, assim como o são os enunciados, pois, “ao referir-se às práticas



discursivas, refere-se, também, às práticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção.” (FERNANDES, 2012, p.28). Por isso, pensar na maneira foucaultiana de enxergar o discurso consiste em perceber que a formação discursiva em um determinado momento é constituída por discursos outros, que a atravessam em uma incessante repetição.

Para Foucault, os princípios de método, são os da “inversão”, que implica reconhecer a rarefação do discurso, ou seja, suas exclusões; o da “descontinuidade”, que implica em tratar os discursos como práticas descontínuas; o da “especificidade”, conceber o discurso como uma prática imposta por nós e nessa prática o discurso encontra o princípio de sua regularidade e, o da “exterioridade”, pensar as condições de possibilidade do discurso. O autor ainda determina quatro princípios reguladores para a análise, as quais possuem oposições. São elas, a noção de acontecimento, que se opõe à criação; a de série, com oposição à unidade; a de regularidade, que se opõe à originalidade e a de possibilidade, que se opõe à significação. (FOUCAULT, 1996, p.54).

Diante desses princípios destacados por Foucault, é possível pensar como a mídia local reproduz os discursos referentes às populações indígenas em suas matérias e o que essa prática nos mostra a respeito desses acontecimentos discursivos, uma vez que fazem parte de um determinado momento histórico e social. Em contraponto, buscaremos verificar no discurso do próprio sujeito indígena, como este é engendrado pelo processo de subjetivação decorrido da convivência com a circulação de “verdades” promovida pelos jornais. Essas “verdades” atuam como responsáveis por retroalimentar o imaginário do público leitor em relação a situações estigmatizantes envolvendo os indígenas e seu modo de vida. A fim de reunir material suficiente para sedimentar essas constatações, lançaremos mão de entrevistas realizadas com jovens indígenas, e abordaremos a temática das representações deste sujeito na mídia douradense a partir de suas respostas. Com isso, pretendemos selecionar recortes dos enunciados dos entrevistados e analisaremos os ecos dos dizeres da mídia na composição destes.

Para dar continuidade à explanação dos conceitos postulados por Foucault em seu método arqueogenealógico, trataremos em seguida da noção de enunciado e de sujeito.

## O DISCURSO E SUAS FORMAÇÕES: OS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS E O ENUNCIADO PELA ÓTICA FOUCAULTIANA

Em se tratando do uso do discurso com a finalidade de estabelecimento e manutenção de relações de poder entre grupos sociais distintos, Foucault (1996) afirma que isso ocorre com a divisão dos grupos permeada por fatores que unem os indivíduos em um contexto de pertencimento, como o *status*, a raça, nacionalidade, posições ideológicas, entre outros e atribui a essa doutrina o papel de servir-se de “certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.” (FOUCAULT, 1996, p. 43).

Fischer (2008) nos mostra que para a análise foucaultiana, o discurso está muito além do léxico e do campo semântico das palavras, mas busca mais que isso, busca a complexidade das práticas discursivas e não discursivas onde forma-se um determinado objeto, ou seja, caminha para muito além da ligação entre as palavras e as coisas e procura as regras por meio das quais as práticas discursivas se formam. Através de seus vários trabalhos, o filósofo francês procurou demonstrar, por meio do estudo de documentos tantos, como se dava o controle daquilo que poderia ou não ser dito em uma luta constante para se estabelecer o que deveria ou não estar na ordem do discurso.

Os acontecimentos discursivos ocorrem em sua “dispersão” e Foucault afirma que devem ser analisados de maneira diferente de uma análise da língua, de modo a responder a pergunta “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2008, p.30). No método arqueogenealógico, Foucault (2008, p. 54-55) propõe que o discurso seja analisado “no nível do próprio discurso”, ou seja, o discurso deve ser tratado “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Em se tratando do enunciado, o filósofo diz que este não é uma estrutura, mas sim “uma função que cruza um domínio de estrutura e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (Foucault, 2008, p. 98). Então, para Foucault, (2008, p. 100-101), o enunciado é único em seu acontecimento e não está ligado a uma condição de reaparecimento. “Trata-se de uma relação singular”, enfim, mesmo que haja uma mesma formulação em outro momento, esta estabelece um novo enunciado e não o mesmo que ocorrera anteriormente. “O enunciado é sempre um acontecimento”. (FISCHER, 2013, p. 140).

Nesse âmbito, Gregolin (2004) nos mostra que Foucault definiu enunciado diante de três oposições: com a frase, com a proposição e com atos de linguagem e explica que para o método arqueológico seria a função enunciativa a responsável por torná-los enunciados, sendo então “essa função enunciativa que interessa à Arqueologia.” (GREGOLIN, 2004, p.26). Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008) determina que o enunciado corresponde a um conjunto de signos, desde que atenda a algumas condições de existência, quais sejam: que se relacione com um conjunto de objetos, que possua um “referencial”, ou seja, algo que seja um fator de diferenciação; que exista o sujeito, não entendido como um indivíduo ou uma consciência individual, mas como uma posição a ser ocupada; a presença de um campo associado, ou seja, campos de saberes, como por exemplo o campo da medicina, da economia, dentre outros; e uma materialidade, que coloca o discurso em um determinado espaço material.

Um conjunto de enunciados constitui, por sua vez, uma formação discursiva (FD), que, de acordo com Foucault (2008, p. 131), consiste em “conjuntos de *performances* verbais [...] que estão ligados no nível dos enunciados”. Para o filósofo, a FD se caracteriza por sua “dispersão”, pois ela é para os enunciados uma “lei de coexistência”. O Discurso é, então, um conjunto de enunciados que se sustentam na mesma FD. (FOUCAULT, 2008, p. 132). Assim, podemos pensar enunciados que coexistem em sua dispersão e fazem parte de diversas áreas do saber. Como exemplo de uma FD é possível citar a medicina, pois todos os enunciados relacionados a ela constituem uma FD dessa área do saber. O enunciado “Fumar faz mal à saúde”, faz parte do conjunto de enunciados que englobam a FD da área médica.

Ao definir o que é prática discursiva, Foucault (2008, p. 133) determina que “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. É, assim, a regularidade do discurso, a maneira como ele emerge, seu *modus operandi*. De acordo com Fischer, (2013, p. 141) “estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As ‘coisas ditas’ não se afastam das dinâmicas de poder e saber de seu tempo”.

Para a composição do *corpus* desta pesquisa, foram selecionados diversos recortes com a temática indígena na mídia jornalística *on-line* de Dourados e foi possível constatar a tendência em noticiar episódios de violência ocorridos nas Aldeias do Município. Essa tendência também foi apontada pelos estudantes indígenas entrevista-

dos, os quais apontaram que a mídia apresenta os fatos de maneira superficial e com ênfase apenas no ato violento, sem buscar compreender o contexto social dos sujeitos envolvidos e sem ouvir os próprios sujeitos, testemunhas ou a liderança da comunidade com a finalidade de mostrar as possíveis motivações ou razões que permearam o ocorrido. Assim, existe um fator de regularidade nos discursos que compõem as práticas discursivas sobre o sujeito indígena, que demonstra as regras históricas que fazem emergir esses discursos, estabelecendo verdades em um determinado momento. Essas “verdades”, por sua vez, são responsáveis por constituir relações de poder e saber, perpetuando assim situações de preconceito e estigma.

Nesse limiar de pensamento, a função enunciativa para o autor, não pode existir sem que esteja vinculada a um “campo adjacente” Foucault (2008, p. 110), que seriam outras áreas do saber, outros enunciados. Assim, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em jogo enunciativo.” Foucault chama essa particularidade de “coexistência enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Dada a premissa foucaultiana de que um enunciado está sempre ligado a outros enunciados, atestando assim sua historicidade, Gregolin (2004) descreve que o campo associativo é formado pelas formulações outras que estão vinculadas ao enunciado por terem precedido a ele, ou por terem sofrido adaptações ou modificações por meio deles, ou ainda por surgirem posteriormente em decorrência dele ou por compartilharem com ele seu *status*. (GREGOLIN (2004, p.29-30).

O discurso materializado na mídia sobre as questões envolvendo os indígenas perpassam por esse processo e tornam-se conteúdos que se concretizam no momento de seu acontecimento. Logo, ainda que o mesmo enunciado pareça ser reproduzido em outra ocasião, ele não será o mesmo, será novo em sua aparição. Porém, o enunciado carrega em sua formação outros enunciados que o antecederam, podendo ter sido modificado por esses enunciados anteriores e também podendo incorrer no surgimento de enunciados futuros. Assim, podemos perceber nas notícias selecionadas que, o meio midiático, investido de um caráter de portador da verdade, enuncia a partir de notícias anteriores e também acaba por influenciar matérias futuras, de modo a retroalimentar um padrão enunciativo cíclico.

## O SUJEITO E AS RELAÇÕES DE PODER

Ao abordar o sujeito do enunciado, em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (2002, p. 27) afirma que o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das “condições políticas, econômicas de existência”. Foucault caminhou na contramão da ideia do marxismo acadêmico de sua época, para o qual o ambiente sócio econômico se reflete na consciência do sujeito e ao criticar essa forma de análise, traz à luz uma forma de pensar os sujeitos como permeados pelas práticas sociais, sujeitos de conhecimento que surgem e se desenvolvem a partir dessas práticas. Seu objetivo foi o de mostrar como as práticas sociais de controle e de vigilância fizeram surgir “um certo saber do homem” e como esse saber criou um tipo novo de “sujeito de conhecimento” no século XIX. (FOUCAULT, 2002, p.8).

Para atingir seu objetivo, Foucault (2002, p. 9-10) concebeu três eixos de pesquisa: o primeiro eixo consistia em considerar o domínio do saber a partir de sua história, ou seja, relacionado às práticas sociais, excluindo-se a predominância de um sujeito de conhecimento dado definitivamente; o segundo, uma metodologia de análise dos discursos como “jogo estratégico e polêmico”, ou seja, não reduzido ao seu aspecto linguístico e o terceiro foi o de considerar o sujeito não mais como aquele por meio do qual a verdade se dá na história, mas um sujeito constantemente constituído, fundado e refundado pela história. Foucault postula que deve ser feita “a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.” (FOUCAULT, 2002, p.10-11).

Para sustentar a hipótese de que o sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história, Foucault (2002) apoiou-se em Nietzsche, mais precisamente em sua teoria de que “o conhecimento foi inventado”. Para Nietzsche, o termo “invenção” encontra-se em oposição ao termo “origem”, ideia considerada inconcebível para sua época (1873), uma vez que se contrapunha às teorias filosóficas de então. No caso da religião, por exemplo, que era defendida por Shopenhauer com uma visão metafísica de preexistência, Nietzsche preconizou que esta foi criada/fabricada. O mesmo ocorreu, segundo ele, no caso da poesia e do ideal. A esse respeito diz Foucault: “Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada.” (FOUCAULT, 2002, p.15-16).

Conforme Foucault, há dois sentidos que surgem da preconização Nietzscheana. Primeiro o de que o conhecimento, sendo uma invenção, não faz parte da natureza humana, logo não é instintivo, segundo, que o conhecimento não está vinculado ao “mundo a conhecer”.

E assim como entre instinto e conhecimento encontramos não uma continuidade, mas uma relação de luta, de dominação, de subserviência, de compensação etc., da mesma forma, entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não pode haver nenhuma relação de continuidade natural. Só pode haver uma relação de violência, de dominação, de poder e de força, de violação. O conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas. (FOUCAULT, 2002, p.18).

Ao desvincular a concepção de conhecimento das coisas do mundo, admitindo assim uma arbitrariedade, a análise de Nietzsche exclui a concepção cartesiana de Deus do sistema de conhecimento. Essa constitui a primeira ruptura que essa análise provoca. A segunda vem da concepção de que o conhecimento não é instintivo. Desaparece, então, a “unidade de sujeito humano”, ou seja, nas palavras de Foucault, “podemos admitir sujeitos, ou podemos admitir que o sujeito não existe”. (FOUCAULT, 2002, p.19-20).

A partir da concepção nietzscheana que coloca na origem do conhecimento as relações de luta e de poder, Foucault postula que para que seja possível a compreensão dessas relações, devemos nos aproximar dos políticos ao invés dos filósofos.

Assim, Foucault (2002, p.23-25) buscou em Nietzsche bases para a realização de uma análise histórica à qual ele chamou de “política da verdade”. Devido a isso, foi possível pensar que, por se constituir em uma relação estratégica, o conhecimento possui uma natureza parcial, oblíqua, perspectiva. “Só há conhecimento na medida em que entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um *tête-à-tête*, um duelo. [...] Esse é o caráter contraditório do conhecimento [...]: generalizante e sempre singular.” (FOUCAULT, 2002,p.26).

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008, p. 107) amplia a concepção de sujeito ao teorizar que ele ocupa “um lugar determinado e vazio” que não é necessariamente o mesmo lugar nos enunciados, ou seja, é uma função que pode ser desempenhada por indivíduos diferentes, ou, de maneira oposta, um mesmo indivíduo pode ocupar a posição de sujeitos diferentes em diferentes enunciados. É então, segundo o

filósofo, a presença desse lugar de sujeito que “caracteriza toda formulação enquanto enunciado”, logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107).

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferí-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim, na medida em que pode ser assinalada a *posição do sujeito*. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2008, p. 108, grifos nossos).

Em consonância com Fernandes (2012), o cerne dos estudos foucaultianos sempre foi o da constituição histórica do sujeito por meio dos discursos, o que levou o teórico a colocar o foco de seus estudos no poder como constituinte das relações discursivas e, conseqüentemente, dos sujeitos. Assim concluiu que o poder é algo exercido a partir de práticas e é marcado pela dispersão. Essa maneira de analisar o poder que levou Foucault a pensar o sujeito sempre em sua dispersão histórica e social, deu-se por considerar o poder em vários seguimentos: o poder ligado ao jurídico e ao institucional, que mantém as relações de produção; o poder que pode emanar do próprio sujeito em contestação aos regimes que lhe são impostos; o poder que gera a sujeição dos sujeitos por meio de instituição de verdades discursivas e o poder que acontece dentro das relações diárias de força com os sujeitos. Sendo por formas de dominação, governamentalidade ou pelo cuidado de si, existe a relação com o biopoder, o poder sobre a vida e sobre o corpo. Assim, para Foucault, “o poder organiza-se em torno da vida” e “implica relações” (FERNANDES, 2012, p.52-53).

Para Fischer (2013, p. 133-134), pensar o sujeito da maneira foucaultiana, consiste em considerá-lo em sua multiplicidade, a partir de algumas questões fundamentais: Quem fala? A partir de qual lugar se fala? Qual é a autoridade que este que fala possui para que aquilo que diz seja considerado como verdade? Qual a qualificação que o indivíduo que fala possui institucionalmente do lugar de onde enuncia? Por isso, abandona-se a ideia de um sujeito soberano e ele passa a ser considerado não em sua forma de indivíduo, mas a partir da posição ocupada diante do discurso em si.

Em outras palavras: o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de

um certo discurso. Ora, essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista do discurso se encarregará de descrever. O importante é mostrar essa multiplicação do enunciado, nesse caso, a partir das posições de sujeito. (FISCHER, 2013, p. 134).

Para essa pesquisa, temos duas representações de sujeitos: o do jornalista, que enuncia a partir de uma posição que o qualifica para noticiar e informar a partir de veículos de cunho institucional e, a do próprio indígena, que fala a partir de sua vivência, o que o constitui como sujeito histórico e social. O que nos interessa não é a busca de um “sujeito soberano”, mas do sujeito em sua multiplicidade, que carrega consigo todos os ditos anteriores e que o permitem ocupar uma determinada posição de fala. Tanto o jornalista, quanto o indígena não enunciam a partir de uma individualidade de consciência, mas assumem uma posição diante do discurso que os tornam complexos e vários. Assim, para analisar esses discursos de acordo com a visão foucaultiana, faz-se necessário considerá-los a partir de seu irrompimento, ou seja, do momento histórico em que ocorrem.

Desde a colonização a convivência entre indígenas e não indígenas foi marcada por relações de lutas e de dominação e são essas relações que permeiam a constituição dos sujeitos e que permitem que estes enunciem a partir de uma posição ocupada em um determinado momento histórico. Por isso, é viável pensar que essas relações se reflitam tanto no discurso jornalístico e midiático, quanto no discurso do próprio sujeito indígena, uma vez que estes se apresentam em um cenário no qual muitas “verdades” estão historicamente instituídas. As temáticas escolhidas para serem noticiadas possuem uma regularidade que demonstram uma tendência à perpetuação de situações segregacionistas e estigmatizantes no que concerne aos povos originários. Uma vez que recaem constantemente em matérias que terminam por enfatizar situações de conflito e violência nas aldeias, no imaginário do público leitor calcifica-se a imagem do indígena como alguém não civilizado, um selvagem que não é capaz de viver em sociedade.

Ante o exposto, buscaremos mostrar em seguida como se constituiu historicamente a busca do homem pela verdade e como isso sempre correspondeu a interesses políticos e de manutenção de poder.



## COMPREENDER A IDENTIDADE SOB O VIÉS DA CULTURA

Abordar questões indígenas traz à tona a necessidade de tratar de conceitos como o de cultura e o de identidade. Ligados aos Estudos Culturais, esses aspectos teóricos serão de grande valia, uma vez que trarão luz às razões pelas quais um determinado grupo se comporta diante de padrões similares que os caracterizam e aproximam de sua comunidade. Esses padrões, ao mesmo tempo em que carregam aspectos tradicionais, também caminham constante e inevitavelmente em direção a mudanças. Faz-se importante enfatizar que abordar o conceito de Identidade no campo dos Estudos Culturais não nos permite tratá-lo como sinônimo de Sujeito ou Subjetividade, conceitos estes ligados à área da AD.

Identidade e Cultura são aspectos aos quais precisamos recorrer devido a este trabalho possuir como objeto principal o sujeito indígena e por isso é essencial explorar conceitos capazes de atender à diversidade identitária e cultural destas pessoas. Assim, utilizaremos o trabalho de autores como Bauman (2012), para adentrar no campo conceitual da cultura ao longo da história até a modernidade, Hall (2000) que trabalha com a constituição da identidade do sujeito pós-moderno, o qual vive em um contexto sócio cultural híbrido, e Woodward (2014), para quem a identidade se constrói em meio às relações sociais e às diferenças ao considerar o contexto neoliberal da globalização.

Cultura é um conceito pouco discutido no campo discursivo e como estou lidando com sujeitos na interculturalidade se faz mister adentrar nesse conceito a partir de autores que discutem a temática com propriedade teórica. Nesse sentido, propomos de início uma conversa com Zigmund Bauman (2012), para quem a ideia de cultura é uma criação histórica que, ao mesmo tempo que significa um instrumento que permite a liberdade plena do homem, serve-se dessa mesma liberdade para cercear, limitar o vasto leque de possibilidades de escolhas em um conjunto finito. Essa ambivalência faz com que haja uma situação paradoxal entre a liberdade e a falta dela e caminha entre ambiguidades como “novidade e tradição”. Por isso, os aspectos culturais estão sedimentados sobre aquilo que é historicamente determinado e herdado e a necessidade de movimentar-se para o novo, em uma busca de acompanhar a tendência do mundo moderno.

Para este autor, é na tentativa de construção da ordem que isso ocorre, pois, significa “manipular as probabilidades dos eventos”, logo, “se o que se deve ordenar é

um conjunto de seres humanos, a tarefa consiste em incrementar a probabilidade de certos padrões de comportamento, ao mesmo tempo que se restringe, ou se elimina totalmente, a possibilidade de outros tipos de conduta.” (BAUMAN, 2012, p.19). Assim, é nessa relação contrastiva entre liberdade e determinação que habita o conceito de cultura, por isso, as características culturais de um determinado povo perpassa por essa relação. Um determinado grupo que compartilha de uma mesma origem cultural age dentro de uma variação de comportamentos que é limitada em suas probabilidades, porém com padrões que são sempre levados a uma renovação, em contraponto com sua perpetuação.

Conforme postula Bauman, a cultura que já foi vista como um sistema fechado em si mesmo durou por um certo tempo, mas não se pode sustentar em um mundo que possibilita que os símbolos viajem e sejam compartilhados com plena liberdade. O mundo moderno globalizado decretou o fim das barreiras geográficas que mantinham os grupos distantes uns dos outros e o *ciberspaço* revolucionou a maneira e a velocidade com que as informações transitam. Esse contexto, de acordo com o autor, não é propício a perpetuar padrões.

Este trabalho leva em conta o sujeito indígena e suas representações em um contexto social e cultural híbrido e pleno de mudanças. A proximidade geográfica entre as Aldeias e o perímetro urbano do município de Dourados faz com que esse sujeito viva entre a sua cultura de berço e a cultura ocidental, uma vez que adentra esse contexto social a fim de trabalhar, estudar, ir ao Banco, ao supermercado, ao hospital, ou outras razões. Assim, é plausível pensar que seu processo identitário perpassa as questões desse contato cultural presentes cotidianamente em sua rotina, uma vez que, de acordo com Hall (2000), a identidade não é uma construção biológica e sim histórica, sendo fantasiosa a ideia de uma identidade única e permanente.

Nessa esteira de reflexão, o sujeito veste-se de várias identidades, conforme são plurais os sistemas de representação que o rodeia. Hall postula que essas mudanças caracterizam o sujeito pós-moderno, fruto das atuais sociedades, desprendidas do passado, de “mudança constante, rápida e permanente”. (HALL, 2000, p.14). O sujeito, uma vez imerso em outra cultura, passa a ser interpelado por ela e desenvolve múltiplas identidades, pois ao passo que “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. (HALL, 2000, p.13).

No campo da AD, mais especificamente das teorias discursivas foucaultianas, é necessário considerar as condições das quais o discurso emerge, no momento de seu acontecimento. Então, é fundamental perceber por quais relações socio culturais o sujeito encontra-se envolvido e como essas relações influem no processo constante de sua formação identitária. Há que se considerar também a questão do bilinguismo como marca característica do indígena habitante de Dourados, especialmente os mais jovens. Ao apropriar-se de outra língua, o sujeito apropria-se de toda a bagagem cultural que a língua carrega, pois, “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais.” (HALL, 2000, p.40).

A convivência entre indígenas e não indígenas acontece em meio às diferenças entre ambas as culturas e é nessa relação que a identidade do sujeito se constitui, uma vez que ela é um produto “relacional” e “marcada pela diferença”. (WOODWARD, 2014). Não é raro observarmos indígenas que estão inseridos socialmente no contexto urbano, estudam, trabalham, dirigem seus veículos, prestam serviços, etc. Nesses casos, o sujeito veste-se de uma identidade que o aproxima do sujeito urbano, morador da cidade. Às vezes, porém, é possível observar a presença do indígena em uma construção identitária distante do sujeito urbano, de acordo com suas vestimentas ou por transitarem em carrinhos puxados por cavalos, por exemplo. Para Woodward, há uma relação entre a identidade e as coisas que a pessoa usa. Assim, “a identidade é marcada por meio de símbolos”, sendo sua construção “tanto simbólica, quanto social”. (2014, p.9-10).

Melo (2015) realiza um estudo com base em notícias midiáticas e nos ecos provocados por essas notícias nos discursos de alunos indígenas que frequentam cursos de nível superior em Instituições Públicas de Dourados. Para ela, as diferenças são evidentes devido à questão de separação geográfica entre as aldeias e a cidade, o que termina por dificultar que as pessoas que habitam a área urbana conheçam o contexto cultural e social ao qual o sujeito indígena pertence. Essa falta de conhecimento fomenta a incompreensão do universo do outro e atrela o imaginário coletivo à figura defasada do indígena presente nos textos históricos e literários e também na mídia.

Segundo Woodward (2014), o cenário globalizado impacta a formação identitária, uma vez que gera uma cultura homogeneizada. Nesse contexto neoliberal, os indígenas passam a procurar viver de maneira similar à cultura não indígena e muitas

vezes se inserem nos ambientes urbanos. Melo observa que a busca de jovens indígenas pelo ingresso às Universidades ocorre devido ao fenômeno da globalização, uma vez que eles possuem acesso aos mesmos bens de consumo e por isso almejam conquistar uma formação a fim de estarem aptos ao mercado de trabalho. Porém, “tais relações não se dão de forma harmônica nem mesmo tranquilas”. (MELO, 2015, p.31-32).

Ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo esse sujeito indígena, trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente refletir sobre o que postula Woodward (2014, p. 18), a respeito da representação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” Para Woodward, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (p.18).

Para os resultados buscados neste trabalho, é de suma relevância a forma como a mídia trata a questão e como o próprio sujeito se percebe no cenário de subjetivação em que se encontra, dado que, as identidades baseadas na raça “atravessam o pertencimento de classe” (WOODWARD, 2014).

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (WOODWARD, 2014, p. 34, 35)

Ao considerarmos o discurso midiático a respeito dos indígenas, é necessário levar em conta que aquele que narra o evento, ou seja, o sujeito que se utiliza de um meio institucional para veicular notícias, também está imerso em um cenário de choque entre culturas e de diferenças e a sua identidade, por sua vez, é formada a partir dessa condição exterior. Temos, segundo Silva, que tanto a identidade, quanto a diferença são socialmente produzidas e “são criadas por meio de atos de linguagem”. (SILVA, 2014, p. 76). Desse modo, a definição discursiva e linguística de ambas “está sujeita a valores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas”. Sendo assim, no contexto social específico, podem muitas vezes

surgir situações de intolerância e conflitos que se manifestam, entre outras formas, por meio da linguagem. Uma vez que a identidade e a diferença constituem-se no ambiente sócio cultural, sendo ali criadas, ambas “não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2014, p. 81), já que estão estreitamente ligadas às relações de poder.

## O SUJEITO INDÍGENA E A MÍDIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Observemos os seguintes enunciados:

Sequência Enunciativa 1: (02 de janeiro de 2020, Página on-line da Rádio 94 Fm Dourados)

Após briga, homem mata o vizinho com uma barra de ferro na Aldeia Bororó



Após uma bebedeira, Antônio Dias Benites, de 29 anos, conhecido como “Tonico”, foi assassinado pelo vizinho no final da tarde desta quarta-feira (1), na Aldeia Bororó em Dourados. A vítima foi atingida no peito, lado esquerdo, por uma barra de ferro pontiaguda.

O crime aconteceu por volta das 16h30, na casa da vítima na Aldeia Bororó, próximo da Escola Municipal Agostinho. Segundo testemunhas ouvidas pela polícia, vítima e o acusado estavam bebendo pinga, quando começaram uma briga.

Após a briga, o vizinho, que já foi identificado pela polícia, foi até a casa dele, pegou a barra de ferro pontuda, voltou até a residência da vítima e desferiu um golpe no peito do lado esquerdo. Antônio Dias Benites, correu por alguns metros e caiu na frente da casa do acusado. O suspeito deixou o local e tomou rumo ignorado.

A Polícia Civil e uma equipe da Perícia Técnica estiveram no local e apreenderam a barra de ferro usada no crime. Antônio Dias Benites foi a primeira vítima de homicídio de 2020 em Dourados. (<https://www.94fmdourados.com.br>)

Sequência Enunciativa 2: (03 de outubro de 2021, Dourados News, por Carlos Ferraz e Osvaldo Duarte)

Indígena de 19 anos é assassinado com facada nas costas



Crédito: Osvaldo Duarte (<https://www.douradosnews.com.br>)

O indígena Genieliston Rosa Gonçalves, 19 anos, morador na aldeia Bororó, na reserva indígena de Dourados, foi assassinado com um golpe de faca nas costas, por volta das 03 horas da madrugada deste domingo, dia 03 de outubro.

Segundo informações da Polícia Civil, onde o caso foi registrado, a vítima estava na companhia da namorada, uma adolescente de 17 anos, após ambos consumirem bebida alcoólica, quando na altura da casa 73 da aldeia, se encontraram com dois adolescentes de 16 e 17 anos, sendo que um deles se apoderou de uma faca e investiu contra a adolescente que foi ferida com um golpe no rosto.

Para defender a companheira, Genieliston entrou na briga, momento que foi ferido com um golpe de faca nas costas, morrendo no local. O agressor e o companheiro fugiram após o crime, enquanto a adolescente era socorrida por uma equipe da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e encaminhada para o Hospital da Vida.

Os recortes são de 2020 e 2021, respectivamente, o que demonstra que a temática é contemporânea. Caracterizam-se como enunciados, uma vez que atendem às condições de existência instituídas por Foucault (2008), ou seja, a presença de um referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade. Sendo o sujeito para Foucault uma função que pode ser exercida por indivíduos ou instituições que falam sempre de algum lugar, em ambos os recortes podemos perceber o sujeito jornalista que a partir de sua função de reportar o ocorrido enuncia sobre o objeto. Consideramos objeto a temática indígena por ser de nosso interesse os dizeres midiáticos acerca desses povos. A leitura das sequências enunciativas nos permite perceber a condição de vulnerabilidade desse sujeito ainda nos dias atuais, uma vez que está exposto a situações violentas e de insegurança.

As sequências enunciativas fazem parte de notícias veiculadas por dois jornais distintos e possuem diversos pontos em comum. Ambos noticiam situações de violência extrema que culminaram em morte e já em seus títulos fazem menção à arma utilizada no crime, seguidos da foto do corpo, o que denota uma estratégia de chocar o leitor e chamar sua atenção para a matéria. Também é possível notar, que não há explicações maiores sobre as razões dos crimes, o que pode provocar uma ideia de que isso é algo que acontece de modo corriqueiro e banalizado nas Aldeias. Foucault (2008, p.112) pondera que os enunciados fazem parte de uma série de enunciados, não sendo assim neutros ou independentes, mas sim integrados em um “jogo enunciativo”.

Outra questão relevante a ser levantada é a de que nos textos das duas notícias é feita menção ao uso de bebida alcoólica por parte dos envolvidos momentos antes do ocorrido. Na sequência enunciativa 1 isso ocorre em dois momentos do texto: “após uma bebedeira” e “vítima e o acusado estavam bebendo pinga, quando começaram uma briga”. Assim, a briga entre os vizinhos teria se iniciado após a ingestão de álcool e motivado o homicídio. Já na segunda sequência enunciativa, a vítima e a namorada adolescente teriam consumido bebida antes da tragédia: “a vítima estava na companhia da namorada, uma adolescente de 17 anos, após ambos consumirem bebida alcoólica”.

Assim, essa escolha reverbera um problema social da comunidade indígena e atrela as situações de violência a esse problema. Conforme afirma Charaudeau, é por meio da linguagem que a informação se constitui e, por consequência se constroi uma determinada visão de mundo. Ao cumprir seu papel de informar, a mídia, muitas vezes, engendra um olhar sobre o espaço público que é fragmentado, atingindo as suas metas de surpreender e atrair o leitor, mas que se afastam de uma imagem real. (CHARAUDEAU, 2018).

Esse aspecto da fragmentação das matérias jornalísticas foi apontado pelos sujeitos indígenas entrevistados. Ao ser perguntado se considera que as notícias locais representam o povo indígena de maneira correta, o jovem, que aqui chamaremos de E1, deu a seguinte resposta: “A maioria delas são informações muito vagas, na qual elas concentram mais, né, na notícia ruim em si, então, *pouca informação e muito exagero*. [...] Então eles tiram uma foto, assim, bem grande da cena do crime, porque aconteceu algo e fica por aquilo ali mesmo. Eles não informam, por exemplo, uma tentativa do ocorrido, né do porque aconteceu aquilo. [...]. *Digo que não sou nem um pouco representado*”.

Os entrevistados reconhecem a existência da violência e também os diversos problemas de desigualdade vivenciados na RID e admitem a função informativa dos meios midiáticos. Porém, questionam a predileção por noticiar os fatos negativos e atribuem a isso o preconceito existente em sociedade em relação aos indígenas, conforme aponta a fala do entrevistado, aqui chamado de E6: “Porque há bebida alcoólica, há drogas, violência doméstica, briga entre os vizinhos por qualquer coisa. Então as notícias só contam coisas ruins sobre a nossa comunidade; *mas aqui não há somente coisas ruins*. [...] A mídia age de uma forma para nos denegrir! A gente não sabe se é por querer, com intenção ou não; mas que eles fazem isso, fazem. Porque eles distorcem os fatos, né? Eles mostram os fatos, mas não mostram o que está por trás dos fatos; porque que ocorreu isso ou porque que acontece isso.” E lamenta que a realidade vivida na RID seja fragmentada e, por consequência isso provoque a manutenção de estigmas sociais: “É muito complicado e triste saber disso, que *a mídia constrói uma realidade fora da aldeia que para os não indígenas faz ter uma imagem negativa e que não representa totalmente a nossa realidade*”.

Para Charaudeau (2018), a informação e a comunicação implicam em escolhas, não somente daquilo que se decide noticiar ou das questões envolvendo o aparato ortográfico e de coesão textual, mas uma escolha estratégica discursiva utilizada com



a finalidade de persuadir o público. E é então que, segundo este autor, a atividade da mídia torna-se suspeita, pois ao recorrer a métodos de sedução para vender mais, tanto a informação em si, quanto o serviço à cidadania e à democracia são prejudicados. Esses recursos eleitos com a finalidade de atrair o público são apontados por E1: “Uma delas é de fato as notícias sensacionalistas, né e a outra, por exemplo, é no foco. Assim, eles focam muito na violência, geralmente são notícias de violência extrema, né, como no caso de estupro, de assassinatos. Então a mídia ela vem doida pra cá pra saber o que aconteceu e *geralmente não tem outras notícias que sejam de cunho informativo, né. Eu acho que eles deveriam, por exemplo, buscar informar mais as pessoas, não simplesmente vender, né, as notícias [...]*”. Para o jovem, ao agir dessa forma, a mídia contribui para cristalizar estereótipos em relação ao povo indígena: “[...] e isso acaba com que o pessoal acha que a gente vive como selvagem, né, que a gente age como selvagem, que a gente tem a linguagem de selvagem, que a gente é canibal, por exemplo, ainda tem pessoas que acreditam que a gente é canibal. E fica por isso mesmo”.

Atrelar a figura do indígena ao canibalismo demonstra mais uma vez que a formação de estigmas está intrinsecamente vinculada à desinformação. Não existe no âmbito dos estudos antropológicos qualquer indício de alguma tribo que praticasse a antropofagia com o cunho gastronômico e ainda assim este se tornou um tema cercado de preconceito, uma vez que, sob a ótica ocidental do colonizador, seria a prova irrefutável da primitividade dos povos originários. A perspectiva errônea de barbárie exclui o sujeito indígena da categorização de normalidade estabelecida socialmente, conforme postulou Goffman (2019) e o remete a uma posição deteriorada de alguém defeituoso e desacreditado. Repercute, assim, no imaginário popular, a ideia generalizante de que o indígena é um ser menos desenvolvido, incapaz, com a natureza próxima à da selvageria, bêbado e violento. A seguir serão apresentadas duas sequências enunciativas que noticiam violência contra a mulher na área da Reserva, as quais corroboram com o exposto a respeito das escolhas discursivas e textuais.

Sequência Enunciativa 3: (04 de dezembro de 2019, O Progresso Digital, por Valéria Araújo)

Em aldeia mais perigosa do País para mulheres, força indígena se une contra violência doméstica

Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena. Vítima de violência desde criança, a terena Dorcas Machado Daniel, 27 anos, diz que nunca teve sorte na vida. Ao O PROGRESSO ela contou que as dificuldades começaram quando aqueles que deveriam protegê-la eram seus algozes. A situação de pobreza extrema fez com que a mãe a abandonasse. Passou a se esconder do pai, que tentava abusar sexualmente da menina.

Aos 14 anos conheceu um jovem que ela pensou que mudaria sua vida para melhor. Ao contrário disso, ela foi cruelmente violentada. Para que não denunciasse, a família do jovem fez com que ele se casasse com ela, com a promessa de que ela seria feliz. Nada mudou.

Foram 13 anos de agressões que sofria tanto do marido quanto dos familiares dele.

“Vadia, era como ele me chamava. Se a comida não estava do jeito que ele queria era surra. Se eu reclamava que ele me roubava todo o dinheiro do meu trabalho para sustentar o vício em drogas, ele me batia. Até os pais dele me batiam por mero prazer. Até hoje tenho marcas no peito de surras que levei”, revela.

Há um mês ela decidiu por um ponto final nas humilhações que sofria. “Ele gastou todo o meu dinheiro com mulheres. Ele não me respeitava e além de me espancaram, os familiares dele começaram a tentar a abusar de minha filha, de 13 anos”, conta. (<https://www.progresso.com.br>)

Sequência Enunciativa 4: (26 de março de 2021, Midiamax, por Marcos Morandi)

Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS

Uma mulher de 35 anos, que está grávida, foi levada às pressas para o Hospital da Missão. Agredida pelo marido, de 23 anos, com chute na barriga, ela estava sangrando e foi socorrida por moradores da Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena Federal de Dourados, distante 226 quilômetros de Campo Grande.

Conforme ocorrência registrada pela Depac (Delegacia de Pronto Atendimento de Dourados), a Polícia Militar foi acionada pelos vizinhos. Ao chegar no local, o acusado já havia sido detido. Ele foi preso em flagrante.

De acordo com as lideranças da aldeia as agressões do marido à mulher já eram recorrentes. Algemado, ele foi conduzido até a Depac de Dourados onde o caso foi registrado como lesão corporal dolosa. (<https://www.midiamax.uol.com.br>)

A sequência enunciativa 3 trata de um grupo de homens indígenas que formaram um programa de acolhimento de denúncias e apoio para auxiliar mulheres em situações de vulnerabilidade. O recorte é o depoimento de uma mulher indígena que

sofreu por muitos anos violência física e sexual de seu marido e da família dele e foi atendida pela associação. O enunciado 4 veicula a notícia de uma mulher indígena grávida que foi agredida pelo marido. Ambas as sequências trazem luz ao problema de violência doméstica sofrida por muitas mulheres na RID. Assim, nota-se que a mulher indígena, além de sofrer preconceitos por parte das pessoas não indígenas devido à sua condição racial e cultural, sofre ainda com o machismo e maus tratos em seu meio social. Sobre isso, fala a jovem aqui chamada de E5: “O espaço da mulher indígena sempre vai tá ali de ser mãe, casada e pronto. *Não tem mais lugares pra ela seguir.*”

A terceira sequência qualifica em seu título a RID como “aldeia mais perigosa do País para mulheres” e traz no início de seu texto parte do depoimento de uma vítima: “Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena.” Essa escolha textual já na frase inicial da reportagem atribui ao ocorrido um caráter generalizante, como se todas as mulheres na RID fossem vítima de violência. Além disso, a visão estigmatizada do sujeito indígena como selvagem e inferior é perseverada, uma vez que são os próprios familiares os agressores. No depoimento da indígena, ela conta que desde criança escondia-se do próprio pai por medo de sofrer abuso sexual. Aos quatorze anos foi violentada por um rapaz, com quem teve que se casar como forma de reparação e então passou a ser maltratada por ele e pelos próprios sogros. O testemunho da padecente fornece dramaticidade aos fatos, uma vez que traz detalhes das agressões e cria uma condição de empatia em relação ao público. As crueldades às quais ela foi subjugada perduraram por 13 anos.

A quarta sequência enunciativa também veicula um título impactante: “Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS”. A condição de gestante da mulher e a informação do sangramento impressionam e incomodam o leitor. É a partir da instância de acontecimento do enunciado que Foucault (2008, p. 138) postula que este deva ser estudado, ou seja, em sua dispersão, em seu próprio nível, na exterioridade enunciativa. Nesse sentido, ao noticiar essas ocorrências, os jornais dão prioridade a essa temática e muitas vezes deixam de levar ao conhecimento do público outras questões envolvendo a RID. Nesse prisma, explica Charaudeau (2018, p.139) que “as mídias, ao selecionar as informações e apresentá-las como o que realmente aconteceu, impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do cidadão. Elas determinariam, impositivamente, o cardápio evenemencial do dia.” Essa escolha estratégica, como já foi colocado, visa atingir os objetivos comerciais do meio de comunicação que transmite os fatos.

A mídia, de acordo com Charaudeau, baseia-se nas lógicas econômica, tecnológica e simbólica. A esfera econômica está ligada a relação com o consumidor, uma vez que há um produto que deve ser comercializado a um determinado público. A questão tecnológica encontra-se firmada na necessidade de expandir seu alcance por meios modernos de comunicação, como, por exemplo, aqueles que são difundidos por meio da internet. Finalmente, a lógica simbólica relaciona-se com o fato de a mídia impactar sobre a opinião pública. Para este autor, as duas primeiras são incontornáveis e é a lógica simbólica aquela que as governa, uma vez que “trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem as suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentidos.” (CHARAUDEAU 2018, p.16).

A respeito da manutenção de estigmas e da generalização, os entrevistados, aqui chamados de E2 e E5, respectivamente, declaram: “o indígena sempre vai ser mal visto pela sociedade brasileira [...] há muitos indígenas que têm o ensino superior e alguns que não têm. *Mas isso não muda nada pra sociedade brasileira, classificam tudo da mesma raça. [...] Em Dourados nós somos muito julgados por causa da violência que ocorre dentro da aldeia e acham que todo mundo é igual.* Mas sempre têm pessoas que acordam cedo para ir trabalhar para colocar o pão de cada dia na boca de seus filhos e têm aquelas pessoas que roubam.”. “Aí essas pessoas, minorias, que vai na cidade às vezes não tem condições de comprar comida e fica mexendo no lixo. Esse assunto foi até no rádio, né, que foi discutido entre a população douradense e houve muito racismo e preconceito sobre o povo indígena, *falando que o povo indígena são como animais*”.

Também o depoimento de E6 denota esse aspecto, ao responder sobre como considera ser o convívio social entre os indígenas e não indígenas no município de Dourados: “*Eles veem os indígenas aqui como pessoas preguiçosas que gostam de bebida alcoólica*; nos noticiários ouve a violência que ocorre nas aldeias, então têm um certo conhecimento somente da parte ruim dos indígenas. Aí eles generalizam isso e qualquer indígena que vê fala: “Aquele indígena é vagabundo, olha o jeito que vive igual mendigo”. Para esse participante da pesquisa, o maior fator gerativo de preconceito em relação aos indígenas é a falta de um conhecimento mais amplo da realidade da RID por parte da população douradense: “[...] *eles não conhecem a realidade da qual os indígenas vivem.* Só pra você ter noção, têm pessoas aqui que não têm nem uma renda; somente vive da cesta básica. Que tipo de indígena vive geralmente e são

assim? São aqueles indígenas que geralmente não tem nem a língua portuguesa e não tem uma fonte; não tem um trabalho pra se sustentar. Então, é claro que essas pessoas não vai ter uma casa que ofereça água no chuveiro, uma casa que tenha um sabonete, um sabão para que possa lavar a sua roupa, tomar um banho se higienizar corretamente... *não vive assim porque ele quer, não vive sujo porque ele quer.*”

De acordo com Foucault (2008), é em sua instância de emergência que o discurso deve ser estudado, ou seja, em sua raridade, que determina as razões de surgimento de um discurso em detrimento de outros tantos. O jornal, ao dar preferência pela publicação de situações violentas envolvendo a RID, cumpre seu papel de informar, uma vez que houve de fato a ocorrência, porém, essa predileção faz com que a função social e democrática da mídia seja muitas vezes deixada de lado, pois não leva ao conhecimento do público situações outras que ocorrem na Reserva.

Nas entrevistas, essa questão foi levantada por vários participantes, o que demonstra uma regularidade discursiva. Seguem alguns excertos: E2: “Tem, nesse exato momento mesmo há em muitos lugares que não têm água, inclusive na casa da minha sogra já faz meses que não tem água então *eles não vêm mostrar isso!*”; E3: “agora mesmo tá faltando muita água mesmo! A maior parte da aldeia tá faltando água, mais ou menos um mês, quinze dias, ninguém tem água aqui na aldeia! você acha que eles vão lá divulgar na mídia? Não!”; E5: “Eu acho que o que mais pesa é as pessoas pensarem como se todos os indígenas fossem como atrasados, violentos, sujos, miseráveis. E não é assim. *Existem muitas dificuldades na Aldeia que as pessoas não conhecem.*”; E6: “Então há coisas boas aqui dentro, há campeonato de futebol que todas as classes: mulheres, jovens e adultos... que todos gostam de ver [...]. *Então, isso eles não mostram nos noticiários, só mostram as coisas ruins.*”.

Além da lógica comercial que envolve os jornais e meios midiáticos em geral, Foucault (1996) demonstra que há instituições que detém o poder de ditar o que se inclui ou não na ordem discursiva. O que se encontra nessa ordem é legitimado como verdadeiro, enquanto que aquilo que está à margem é desconsiderado. Sendo o sujeito indígena pertencente a um grupo minoritário, ele é excluído da esfera discursiva e, por isso, não é ouvido pela mídia para fazer suas reivindicações, relatar o seu lado da história, protestar, enfim, exercer um papel ativo sobre o que é contado a seu respeito. Em se tratando da terceira sequência enunciativa, o depoimento da indígena foi relatado no texto, porém corroborou com o fortalecimento dos estigmas sofridos por seu povo.

Assim, a mídia faz o recorte do espaço público e tem por função informar sobre os seus acontecimentos. Ao escolher aquilo que será relatado, o meio midiático o faz tendo em conta três fatores: o imediatismo factual, ou seja, o acontecimento em sua atualidade; a “socialidade”, que consiste em representar o universo coletivo para que nada seja estranho ao homem que vive neste espaço e o da imprevisibilidade, ou seja, evidenciar o que é atual, notável ou insólito, de forma a provocar impacto. No que concerne ao perfil imediatista da informação midiaticizada, este concede a esse tipo de discurso características de “efemeridade” e “a-historicidade”, que, para Charaudeau, “explica a dificuldade das mídias em dar conta do passado e em imaginar o futuro”, uma vez que uma notícia substitui rapidamente a outra a fim de atender a essa premissa da atualidade do insólito. Então, de acordo com o autor, os meios midiáticos propoem uma visão superficial do mundo. (2018, p.134-135)

Diante destas particularidades, o autor define o espaço midiático como uma “máquina de informar complexa e incontrolável”:

A máquina midiática é complexa, igualmente, pela tensão permanente que existe entre as duas finalidades de informação e de captação de seu contrato de comunicação. Isso explica por que ela está marcada por um paradoxo: por um lado, pretende transmitir informação da maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir a massa se dramatizar a cena da vida política e social. Essa contradição não tem remédio: apresentar a informação de maneira mínima e neutra cortaria a instância midiática do grande público; apresentar a informação exageradamente dramatizada a faria cair em descrédito. *Assim sendo, a palavra jornalística está minada pela máquina que ela deve servir.* (CHARAUDEAU, 2018, p. 243, grifos nossos).

Ao servir a essa máquina, o dizer jornalístico torna-se unilateral, não veiculando todas as vozes envolvidas nos fatos, deixando de dar representação a elas. Em consonância com essas considerações, corrobora a declaração de um dos participantes desta pesquisa: E1: “O que tava ali no jornal não foi escrito por uma pessoa indígena, foi uma pessoa branca que escreveu e *isso já não é uma visão minha, é uma visão dela.* [...] Digo que não sou nem um pouco representado”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado para este trabalho, foi possível perceber como a mídia local apresenta assuntos relacionados ao sujeito indígena e como ocorre o processo de subjetivação do próprio sujeito diante deste cenário. A escolha por temáticas envolvendo situações violentas demonstra uma recorrência nas publicações e constitui-se como regularidade no assunto. Desse modo, a imagem do indígena permanece ligada a ambientes conflituosos nos quais irrompem com frequência episódios de agressões, alcoolismo, estupros, roubos entre outros. Conseqüentemente, esse *modus operandi* midiático termina por incidir no modo como os sujeitos se constituem e se subjetivam. A partir dos dizeres dos entrevistados foi possível notar que estes não se sentem representados pela mídia devido às generalizações provocadas pela fragmentação da realidade ao veicular questões envolvendo a RID.

Por isso, os problemas sociais que permeiam a relação entre indígenas e não indígenas no município de Dourados são retroalimentados pelo modo como os meios midiáticos locais apresentam à sociedade os acontecimentos envolvendo a Reserva. Devido à predileção por publicar fatos relacionados à violência extrema e, ao fazê-lo, lançar mão das estratégias comentadas ao logo do texto, a mídia acaba por dar sustentação aos estereótipos envolvendo as populações indígenas. Fica, então, comprometido o desempenho de seu papel social de levar ao conhecimento dos habitantes de Dourados a realidade da Reserva sob seus múltiplos prismas. Assim, os estereótipos, uma vez presentes no imaginário popular, fomentam os estigmas e perpetuam preconceitos.

É importante ressaltar que este trabalho não intencionou encerrar qualquer discussão em relação a essa temática, mas sim ampliar a reflexão em relação a ela.

## REFERÊNCIAS

Após briga, homem mata o vizinho com uma barra de ferro na Aldeia Bororó. *Rádio 94 Fm Dourados*, Dourados, 2 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.94fmdourados.com.br/noticias/policial/apos-briga-homem-mata-o-vizinho-com-uma-barra-de-ferro-na-aldeia-bororo>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

ARAÚJO, Valéria. Em aldeia mais perigosa do País para mulheres, força indígena se une contra violência doméstica. *O Progresso Digital*, Dourados, 4 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/cotidiano/em-aldeia-mais-perigosa-do-pais-forca-indigena-se-une-contraviolencia/369027/>>. Acesso em 18 mai. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio Sobre o Conceito de Cultura*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. *Da Aldeia Para a Cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?* 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e Sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERRAZ, Carlos; DUARTE, Osvaldo. Indígena de 19 anos é assassinado com facada nas costas. *Dourados News*, Dourados, 3 out. 2021. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/dourados/indigena-de-19-anos-e-assassinado-com-facada-nas-costas/1166694/>>. Acesso em 23 mai. 2022.

FISCHER, Rosa M. B., Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano A. (org.). *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.



GREGOLIN, Maria R.V., O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

MELO, Sílvia Mara de. *Ecos Institucionais: sujeito indígena no Mato Grosso do Sul*. 1.ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2020.

MORANDI, Marcos. Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS. *Midiamax*, Dourados, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/policia/2021/gravida-mulher-e-agredida-com-chute-na-barriga-e-levada-sangrando-para-hospital-em-cidade-de-ms/>>. Acesso em 18 jun. 2022.

ROSSI, Clovis. *O que é Jornalismo*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.